

O PROFESSOR COM FORMAÇÃO DE NÍVEL SUPERIOR: A EXPANSÃO DA META 15 DO PNE (2014-2024)

Magna França — UFRN (magnafrn@yahoo.com.br)
Rute Regis de Oliveira da Silva — UFRN (ruteregis1@gmail.com)7

Introdução

Este artigo é um recorte do projeto “Expansão e qualidade da educação superior no contexto do Plano Nacional de Educação (2014-2024): tensões, limites e perspectivas”, financiado pelo CNPq e desenvolvido entre instituições federais de educação superior. Apresenta-se, pois, uma análise da Meta 15 do PNE (2014-2024), utilizando-se dados de fontes governamentais e documentos oficiais sobre o seu contexto e expansão. Analisa, de modo específico, os indicadores relativos ao crescimento quantitativo de professores com formação inicial (cursos de licenciaturas) após 3 anos da implementação do PNE, ou seja, de 2014 a 2016.

O PNE, aprovado pela Lei nº 13.005/2014 é integrado por vinte metas e 254 estratégias. Apresenta dez princípios, entre eles a valorização dos profissionais de educação, um dos maiores desafios das políticas educacionais delineados pelas metas de números 15 a 18 com características peculiares aos requisitos: formação, carreira/vencimento/remuneração e condições de trabalho.

A meta 15 visa “Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do *caput* do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam”. Integram 13 estratégias, sendo uma delas a formação inicial, detalhada no documento de Monitoramento do Plano.

O contexto da meta 15

As estratégias da meta 15 só serão efetivas se o pacto federativo consolidar com a delimitação no regime de colaboração, da assunção das responsabilidades específicas dos entes federativos, entre a União, estados, DF e municípios. Torna-se essencial diagnósticos sobre a valorização do magistério, das necessidades de formação superior e

da capacidade do poder público de atender à essa demanda, correlacionados aos planos decenais.

Dentre as mais importantes diretrizes de sustentação da valorização dos profissionais da educação têm-se: a) o Censo da Educação Básica, pelo Inep do MEC; b) o Decreto nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009, que institui a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica; c) Resoluções do Conselho Nacional de Educação (CNE) sobre Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica; d) Programas da CAPES voltados à formação de professores da educação básica.

A proporção de professores com formação de nível superior concluída ou em andamento atuando nos anos iniciais do ensino fundamental regular, em 2013, era de 77,2% e, nos anos finais do ensino fundamental regular, de 88,7%. Ocorre, até esse momento, a existência de professores atuando em sala de aula sem a formação específica, como nas áreas de matemática, física, química e biologia, entre outras.

Impacto da meta 15 no sistema de ensino (2014-2016)

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) divulga em 2018, o “Relatório do 2º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação (PNE)” cujos estudos permitem aferir o cumprimento das metas estabelecidas no Plano. “A publicação faz parte de um conjunto de ações realizadas pelo Instituto, voltadas à produção e disseminação de informações e a estudos direcionados a subsidiar o monitoramento do PNE, bem como à formulação, implementação e avaliação de políticas públicas na área da educação” (FINI, 2018).

No documento citado encontram-se informações esclarecedoras sobre o processo metodológico utilizado e as fontes de dados que deram sustentação à análise quantitativa do resultado das 20 metas do período 2014-2016. As análises demonstram a evolução em âmbito nacional e também desagregadas por estratos de interesse, visando explicitar as desigualdades existentes e possibilitar o dimensionamento dos desafios para que se cumpram as metas.

Na Meta 15, utilizou-se o Indicador de adequação da formação do docente da educação básica, por ser mais elucidativo, uma vez que considera não só a formação do professor e a disciplina que leciona, mas também em quantas turmas essa relação pode

ser considerada adequada (BRASIL. Inep, 2014). Para monitorar essa meta, apresenta-se os Indicadores 15A, 15B, 15C e 15D concernentes a cada etapa da educação básica, os quais especificam a proporcionalidade de docências da educação infantil, dos anos iniciais e finais do ensino fundamental e do ensino médio, especificamente a formação superior adequada à área de conhecimento que lecionam, , respectivamente.

Segundo o Indicador de Adequação de Formação Docente, em 2014 o cômputo dos quatro indicadores equivale ao percentual de docências com formação superior de licenciatura na mesma disciplina que lecionam, ou bacharelado na mesma disciplina com curso de complementação pedagógica concluído” (BRASIL. Inep, 2014 APUD BRASIL. Inep, 2018, p. 254).

Para análise do grupo de indicadores, considerou-se como unidade avaliada a docência de uma dada disciplina, em determinada turma, ministrada por um docente. Logo, os valores apresentados referem-se às combinações existentes entre formações docentes, disciplinas e turmas. No caso dos Indicadores 15C e 15D, foram considerados apenas os docentes com formação superior de licenciatura específica na disciplina que lecionam ou com bacharelado na mesma área, desde que tenham concluído o respectivo curso de complementação pedagógica. Com relação à educação infantil e aos anos iniciais do ensino fundamental, em razão de sua natureza multidisciplinar, foram consideradas adequadas as formações docentes de licenciatura ou bacharelado com complementação pedagógica em Pedagogia para o cálculo dos Indicadores 15A e 15B (BRASIL. Inep, 2018).

A análise geral do resultado dos quatro Indicadores citados na meta 15, é apresentada em percentagem de modo a privilegiar comparações entre as etapas de ensino. As informações têm como fonte o Censo da Educação Básica (2013-2016), do Inep/Mec. Assim sendo, a análise dos resultados dos Indicadores 15A, 15B, 15C e 15D, em todas as etapas de ensino no período de 2013 a 2016 apresentam o incremento no percentual de docências com professores cuja formação superior está adequada às áreas de conhecimento que lecionam. Para o último ano, os melhores resultados estão no ensino médio (60,4%) e os anos iniciais do ensino fundamental (59,0%), sendo esta última etapa apresentado o maior crescimento, com uma variação de 5,0 pontos percentuais no período. O menor crescimento se deu nos anos finais do ensino

fundamental, cujo percentual passou de 48,0% em 2013 para 50,9% em 2016, configurando um aumento de 2,9. Em relação à educação infantil, houve variação de 4,4, alcançando o patamar de 46,6% em 2016.

Conclusões

A meta 15 do PNE apresenta um avanço no sentido da política dos órgãos de fomento de capacitar 100% dos professores, cuja proposta deve-se dar em regime de colaboração entre as unidades federativas.

Observando o período 2013 a 2016, ocorreram aumentos, considerando os seguintes dados: em 2016 chegou-se a 46,6% para educação infantil; 59,0% para os anos iniciais do ensino fundamental; 50,9% para os anos finais e 60,4% para o ensino médio. Apesar desse crescimento, os percentuais de adequação da formação docente observados em 2016 ainda estão distantes da proposta da meta.

O quadro mostra que as políticas de formação docente no ensino superior, em especial nas licenciaturas, precisam ser incrementadas de modo a universalizar esse acesso e a conjugação desses requisitos com outros fatores que incidem na profissão, os quais contribuem, ao longo do tempo, para que a formação acadêmica passe a ser vista como um direito do professor.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Articulação com Sistemas de Ensino. **Planejando a próxima década: conhecendo as 20 Metas do Plano Nacional de Educação (2014-2024)**. MEC. 2015. Disponível em: <<http://pne.mec.gov.br/programas-metas>>.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Nota técnica nº 20, de 21 de novembro de 2014. Indicador de adequação da formação do docente da educação básica. Brasília, DF: Inep, 2014. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/indicadores-educacionais>>. Acesso em: 27 mar. 2018.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Seção 1, p. 1.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Microdados: Censo Escolar (2013-2016). Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/microdados>>.

FINI. Maria Inês. Apresentação. In: **Relatório do 2o ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação (2018)**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep/MEC. Brasília: DF. 2018.